



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 08320.003386/2022-14

### 1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

- 1.1. Número do Estudo Técnico Preliminar: **200374-4/2022**
- 1.2. Categoria do objeto: **Obras e serviços de engenharia**
- 1.3. Processo Administrativo: **08320.003386/2022-14**

### 2. INTRODUÇÃO

2.1. O presente estudo, cuja demanda foi formalizada através do **Documento de Formalização de Demanda nº 23532740**, tem por objetivo atender ao disposto no Art. 24 da IN 05/2017- SEGES/MPDG, consistindo na análise da viabilidade e no levantamento dos elementos essenciais para possibilitar a contratação de empresa construtora especializada para executar **REFORMA DOS SISTEMAS DE IMPERMEABILIZAÇÃO, cujos projetos foram previamente elaborados, compreendendo impermeabilização da laje do estacionamento, da cortina, do reservatório de água potável e das fachadas laterais do prédio da Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso - SR/PF/MT.**

2.2. A demanda foi formalizada inicialmente no processo **SEI nº 08320.001697/2021-68, onde foram contratados e recebidos os Projetos e a respectiva orçamentação**, que servirão de base para instruir o presente processo, sendo a estes anexados em cumprimento dos requisitos da IN 40/2020-MPDG. Esta análise será pautada pelas normas vigentes e diretrizes traçadas pelas seguintes Instruções Normativas:

- 2.2.1. Instrução Normativa nº 05/2017-MPDG;
- 2.2.2. Instrução Normativa nº 40/2020-MPDG;
- 2.2.3. Principais normativos aplicados à contratação;
- 2.2.3.1. Normas técnicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, em especial as NBR's: 13531/1995; 9952/2007; 9574/2008 e 9575/2010;
- 2.2.3.2. Códigos tributários dos municípios onde serão realizados os serviços;
- 2.2.3.3. Lei nº 8.666/1993 e suas alterações;
- 2.2.3.4. Leis e normas de Engenharia e Arquitetura;
- 2.2.3.5. Instrução Normativa nº 37, de 29 de junho de 2004, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;
- 2.2.3.6. Instrução Normativa Nº 2, de 04 de junho de 2014, da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

2.3. Além das normas acima citadas, outros documentos orientativos também devem ser observados pela contratada: Manual de Obras e Serviços de Engenharia da CGU/AGU; Acórdão nº 2.622/2013-TCU; Decreto 7.983/2013, entre outros

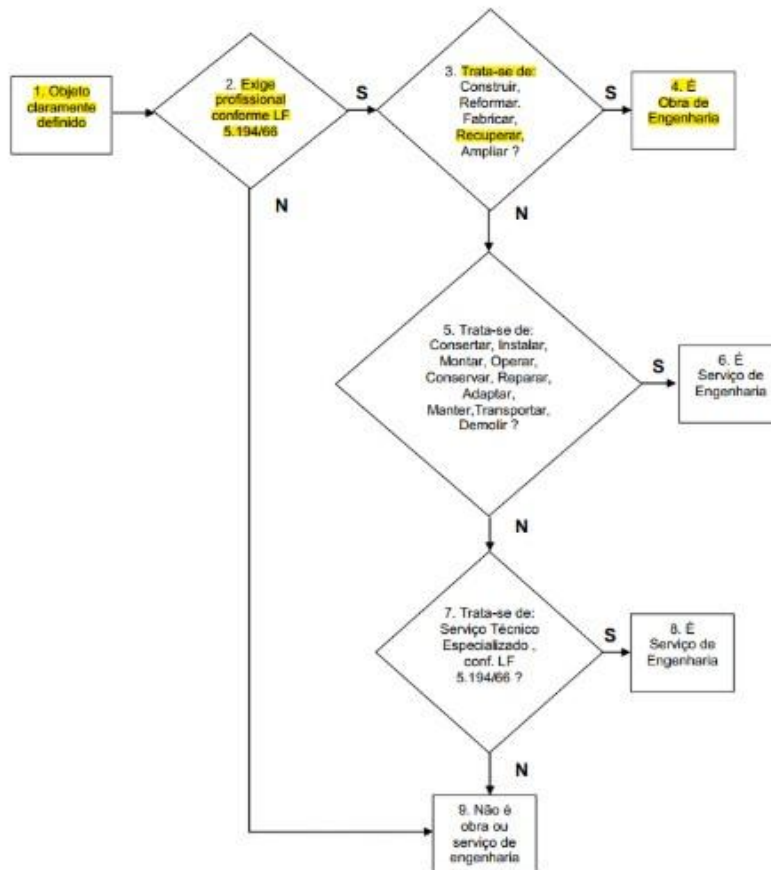
2.4. Os serviços referenciados nesse estudo preliminar, dadas as suas características, configura-se como **OBRA DE ENGENHARIA**. De modo a se evitar subjetividade no entendimento, pode-se adotar as considerações exaradas na Orientação Técnica OT – IBR 002/2009 do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP, que apresenta didático fluxograma para enquadramento de uma obra ou serviço de engenharia, no qual a situação do objeto está grifado em amarelo, transcrevo trecho desta Orientação Técnica:

#### "3. DEFINIÇÃO DE OBRA

*Obra de engenharia é a ação de construir, reformar, fabricar, recuperar ou ampliar um bem, na qual seja necessária a utilização de conhecimentos técnicos específicos envolvendo a participação de profissionais habilitados conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194/66. Para efeito desta Orientação Técnica, conceitua-se:*

*(...)*

*3.5 - Reformar: consiste em alterar as características de partes de uma obra ou de seu todo, desde que mantendo as características de volume ou área sem acréscimos e a função de sua utilização atual."*



### 3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1. A necessidade da contratação dos serviços de impermeabilização havia sido previamente justificada no item 1 do **Documento de Formalização da Demanda nº 19073822-GETED/SELOG/SR/PF/MT** (19073822), conforme exposto a seguir:

*"Como citado no Documento de Formalização de Demanda predecessor (18100941), atualmente a **laje externa**, que funciona como estacionamento da SR/PF/MT, carece de intervenção corretiva em razão da ocorrência de infiltrações causadas por falhas na drenagem e na impermeabilização existente. Da mesma forma, as **fachadas laterais** do prédio também vem apresentando problemas de infiltração. Esses tipos de patologias provocam insalubridade, perda de vida útil da estrutura, deterioração de elementos construtivos, riscos a segurança das pessoas, entre diversos outros. Considerando que a empresa H2F, encarregada pela manutenção da SR/PF/MT, não possui capacidade para sanar os problemas de impermeabilização existentes, que estamos no início do período de estiagem nesta capital, momento ideal para a execução desse serviço e que a existência de um sistema de drenagem e impermeabilização eficientes garantem maior vida útil da construção, evitam a possibilidade de ocorrência de fatores insalubres e diminuem o vulto financeiro das ações de conservação e manutenção preventiva/corretiva, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de impermeabilização que serão melhor discriminados no Estudo Técnico Preliminar."*

3.2. Para tanto, através do processo **08320.001697/2021-68**, foram contratados os projetos Básico, Executivo e demais peças técnicas necessárias para contratação da execução dos serviços acima descritos (**impermeabilização das fachadas e impermeabilização da laje do estacionamento**) e ainda, de outros serviços que inicialmente não estavam previstos: **impermeabilização da cortina** e do **reservatório de água potável** localizado no pavimento térreo.

3.3. Assim sendo, a contratação de empresa especializada em impermeabilização para a execução dos serviços previstos nos projetos previamente contratados é consequência lógica para que sejam solucionados todos os problemas identificados e está devidamente incluída no **PLANO B** do corrente ano (**Código MT-2022-07**).

### 4. ÁREA REQUISITANTE

4.1. O setor requisitante foi devidamente indicado no **Documento de Formalização de Demanda** (23532740): GTED/SELOG/SR/PF/MT

4.2. Responsável pela Demanda: APF Luiz Augusto Ferreira da Silva

## 5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Para atender a necessidade da Administração, que é a execução da reforma na sede da SR/PF/MT, conforme será previsto no Projeto Básico e seus anexos, é necessário a contratação de empresa especializada em engenharia ou arquitetura, com qualificação técnica adequada e experiência prévia na execução de obras semelhantes (tratamento e impermeabilização de fachadas; impermeabilização de cisterna; impermeabilização de cortina e impermeabilização de laje com manta asfáltica aderida a quente).

5.2. A empresa contratada deverá observar todas as normas brasileiras relativas a impermeabilização, em especial, as NBR's 9574, 9575, 9685, 9686 e 9952.

5.3. Faz-se necessário que os serviços sejam supervisionados por profissionais da Contratada devidamente habilitados nos respectivos Conselhos Profissionais e que a fiscalização técnica do contrato seja realizada por servidores com formação em engenharia civil, de modo que estes certifiquem que as especificações dos serviços e materiais sejam devidamente atendidas. Atenção especial também deve ser dada aos prazos e cronogramas previstos, tanto do ponto de vista técnico, quanto do ponto de vista administrativo

5.4. O contrato deverá observar as normas previstas na **IN n. 05/2017-MPDG/SEGES**, uma vez que este é o regramento que melhor se adequa às necessidades de gerenciamento contratual dentro da Administração Pública.

5.5. É ainda requisito para a correta e célere finalização da contratação, que a gestão do contrato providencie, nos termos da **IN n. 05/2017-MPDG/SEGES**, o recebimento definitivo do objeto contratual no tempo previsto na legislação vigente, cabendo à equipe de fiscalização o recebimento provisório do objeto, sem pendências.

### 5.6. Natureza da Contratação:

5.6.1. O objeto a ser contratado constitui **serviço de natureza não continuada, sem dedicação exclusiva de mão-de-obra**. Trata-se de obra a ser executada por período predeterminado, que poderá ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

### 5.7. Duração Inicial do Contrato:

5.7.1. O **contrato terá duração inicial de 12 (doze) meses**, podendo ser prorrogável de acordo com o art. 57, I, da Lei de Licitações. Estima-se, conforme cronograma físico-financeiro contratado, que o **prazo para execução da obra seja de 06 (seis) meses**.

### 5.8. Sustentabilidade:

5.8.1. A empresa contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

5.8.1.1. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

5.8.1.2. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 08 de outubro de 2003;

5.8.1.3. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

5.8.1.4. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

5.8.1.5. Realizar programa interno de treinamento de seus empregados para redução do consumo de energia elétrica, redução do consumo de água e redução da produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

5.8.1.6. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

5.8.1.7. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

5.8.1.8. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

5.8.1.9. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

### 5.9. Transição Contratual:

5.9.1. Não se aplica ao contexto desta contratação.

### 5.10. Relevância dos requisitos estipulados:

5.10.1. A solução de serviços cuja contratação se pretende, não possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser descritos objetivamente, em perfeita conformidade com as especificações usuais praticadas no mercado, não se enquadrando, assim, na definição legal de **serviço comum** (§ 2º do art. 3º do Decreto nº 3.555/2000, parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520/2002 e art. 14 da IN nº 05/2017-MPOG). Portanto, a seleção da empresa que prestará o serviço à Polícia Federal não poderá se dar por meio de Pregão Eletrônico (PE).

5.10.2. A responsabilidade pela execução dos projetos será dos profissionais e empresas legalmente habilitadas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) local, ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) local.

5.10.3. Os executores serão responsáveis pelo fiel cumprimento das normas técnicas relativas as disciplinas de cada projeto e pela assinatura da documentação pertinente (Estudos Preliminares, anteprojetos, projetos executivos completos, orçamentos, cronogramas físico-financeiros; ARTs no CREA ou dos RRTs no CAU, nos termos da Lei nº 6.496/1977 e da Lei nº 12.378/2010), quando necessário.

5.10.4. A execução deverá respeitar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta ou indiretamente aplicáveis a obras públicas, e em total conformidade com as normas técnicas devidas.

5.10.5. A empresa contratada responderá pelos vícios e imperfeições eventualmente constatados até o prazo previsto no Código Civil.

5.10.6. Se houver necessidade, o responsável pelos projetos deverá providenciar as devidas aprovações/autorizações junto aos órgãos competentes, tais como: Prefeitura Municipal, Corpo de Bombeiros, concessionárias de serviços públicos (energia, telefonia, saneamento, etc.), entidades de proteção sanitária e do meio ambiente.

## 6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1. Os levantamentos de mercado a serem feitos são basicamente insumos e serviços constantes na tabela SINAPI e em outras tabelas oficiais de órgãos públicos e de empresas ou de entidades acreditadas pelo meio da construção civil nacional (como a SBC). Outros insumos, materiais e equipamentos poderão ser orçados diretamente no comércio local, devido a sua heterogeneidade ou especificidade.

6.2. Recomenda-se a utilização do **regime de execução por preço unitário**. Trata-se de orientação dada no TCU, Ac n. 1.977/2013-Plenário, em razão da imprecisão inerente à própria natureza do objeto contratado (Reforma de sistemas de Impermeabilização), que está sujeito a variações, especialmente nos quantitativos em seus itens orçamentários, em razão de fatores supervenientes ou inicialmente não totalmente conhecidos.

*a) a escolha do regime de execução contratual pelo gestor deve estar fundamentada nos autos do processo licitatório, em prestígio ao definido no art. 50 da Lei nº 9.784/1999;*

*b) a empreitada por preço global, em regra, em razão de a liquidação de despesas não envolver, necessariamente, a medição unitária dos quantitativos de cada serviço na planilha orçamentária, nos termos do art. 6º, inciso VIII, alínea “a”, da Lei nº 8.666/1993, deve ser adotada quando for possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual; enquanto que a empreitada por preço unitário deve ser preferida nos casos em que os objetos, por sua natureza, possuam uma imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários, como são os casos de reformas de edificação, obras com grandes movimentações de terra e interferências, obras de manutenção rodoviária, dentre outras;*

*c) nas situações em que, mesmo diante de objeto com imprecisão intrínseca de quantitativos, tal qual asseverado na letra “b” supra, se preferir a utilização da empreitada por preço global, deve ser justificada, no bojo do processo licitatório, a vantagem dessa transferência maior de riscos para o particular - e, conseqüentemente, maiores preços ofertados - em termos técnicos, econômicos ou outro objetivamente motivado, bem assim como os impactos decorrentes desses riscos na composição do orçamento da obra, em especial a taxa de BDI (Bonificação e Despesas Indiretas); (Acórdão nº 1977/2013 – Plenário).*

6.3. “No regime de execução por preço unitário, em que a remuneração de cada serviço passa pela efetiva conferência de cada atividade executada, tanto em termos quantitativos como qualitativos. Aliás, no ato da assinatura da avença, é pactuada a justa contraprestação remuneratória para cada serviço e estabelecido o equilíbrio do ajuste. As condições iniciais da proposta devem ser mantidas, inclusive durante a execução contratual, com equilíbrio entre os pagamentos e os encargos dela decorrentes (art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988 e art. 65 da Lei 8.666/1993)” (TCU. Acórdão nº 826/2015, Plenário. Rel. Min. Ana Arraes. DOU, 28 abr. 2015).

6.4. Nas empreitadas por preço unitário, mede-se cada unidade de serviço e os pagamentos far-se-ão mediante a multiplicação das quantidades executadas pelos seus respectivos preços unitários. O memorial de medições — peça

necessária e fundamental para a regular liquidação de despesas — trará, em detalhes, a fundamentação dessas quantidades, para cada item constante do orçamento contratado

## 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. A empresa que vencer o processo licitatório deverá, com a técnica adequada, com todos os insumos, mão de obra e equipamentos necessários, executar o serviço de **reforma de imóvel da União localizado na Av. Historiador Rubens de Mendonça, 1205, Araés, no Município de Cuiabá-MT, onde funciona a sede da Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso - SR/PF/MT.**

7.2. As especificações técnicas e demais informações serão o tratadas no Projeto Básico e seus anexos. A reforma pretendida consistirá nos seguintes serviços, descritos no Memorial Descritivo:

### 7.3. **Impermeabilização da Laje do Estacionamento:**

7.3.1. Demolição demolição e retirada da proteção mecânica antiga, visando a exposição do sistema de impermeabilização existente. Na sequência deverá ser removida a manta asfáltica e realizado inspeção na regularização existente sobre a laje de concreto.

7.3.2. Caso a regularização apresente deficiências, inconsistências, falhas no caimento, entre outras características que demandem correção, deverá ser realizada demolição pontual e correção com argamassa de cimento e areia. Os rodapés deverão ser preparados de forma que a impermeabilização seja arrematada conforme detalhe em projeto.

7.3.3. Na sequência deverá ser realizada a imprimação com emulsão asfáltica como ponte aderência e realizada a aplicação da manta asfáltica aderida sobre asfalto aquecido. O asfalto deverá ser aquecido em aquecedor normatizado, com controle de temperatura, a gás ou elétrica, limitando a temperatura em 220Cº, ponto de fulgor do asfalto.

7.3.4. Com a utilização de meadas de juta, deverá ser aplicado primeiramente o asfalto aquecido e depois a manta asfáltica, utilizando sobras de asfalto para a calafetação dos transpasses. Teste de estanqueidade deverá ser realizado por período de, **no mínimo, 72h.**

7.3.5. Após esvaziamento, deverá ser aplicada camada separadora e proteção mecânica primária em argamassa de cimento e areia, traço 1:8, como camada de amortecimento. Na sequência execução de piso de concreto armado, de acordo com projeto estrutural elaborado. Atenção deve ser dada aos perímetros, mantendo juntas para serem preenchidas com selante a base de poliuretano.

### 7.4. **Impermeabilização da Cortina:**

7.4.1. Primeiramente deverá ser realizada a escavação em bermas, com taludes com limite máximo de inclinação de 1:1, em bermas, de forma a garantir a segurança dos operários.

7.4.2. Na sequência deverá ser realizado remoção da proteção mecânica e sistema de impermeabilização existentes e posterior hidro-jateamento para descontaminação da superfície. Preparo da superfície pode ser necessário para a aplicação do novo sistema de impermeabilização.

7.4.3. Manta asfáltica aplicada a maçarico sobre pintura de ligação deverá ser realizado sobre a cortina e na sequência execução de proteção mecânica estruturada com tela galvanizada de ½" sobre o sistema.

7.4.4. Por fim, deverá ser executado sistema de drenagem, conforme descrito em detalhe de projeto, visando deságue em caixa de passagem do sistema de águas pluviais existente

### 7.5. **Tratamento da Fachada:**

7.5.1. Primeiramente deverá ser realizado hidro-jateamento com pressão de até 250BAR, visando remoção de parte desagregante da pintura existente. Na sequência, abertura de cavidade ao longo das fissuras com aplicação de selante de poliuretano, dureza shore 25, conforme descrito em prancha de detalhe.

7.5.2. Em toda a extensão da fachada **deverá ser aplicado membrana acrílica, visando impermeabilização completa** e na sequência nova aplicação de pintura texturizada.

### 7.6. **Impermeabilização da Cisterna:**

7.6.1. Para realização desta atividade deverá ser instalado reserva provisória para abastecimento dos reservatórios superiores, de forma a não comprometer a utilização da edificação. Esta atividade deverá ser realizada pela própria equipe do cliente.

7.6.2. No teto deverá ser executada recuperação estrutural, utilizando argamassa polimérica tixotrópica com inibidor de corrosão e agente adesivo integrado. Deverá se realizada escarificação com profundidade de até 20mm, visando exposição das barras de aço, limpeza com energética com escova de aço e recomposição de seção com a argamassa.

7.6.3. A impermeabilização da parede e piso deverá ser realizada com cimento polimérico em duas demãos, ao consumo de 3,0kg/m² e membra de polímero modificado com cimento ao consumo de 4,0kg/m²,

aplicado de maneira manual e em demãos cruzadas.

7.6.4. No fundo, sobre o sistema de impermeabilização deverá ser executada proteção mecânica com argamassa de cimento e areia.

## 8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

8.1. As áreas e quantitativos já foram devidamente estimadas no processo anterior, onde se contratou a elaboração dos projetos necessários para execução dos serviços (SEI 08320.001697/2021-68). Dessa forma, as quantidades estarão especificadas nos projetos e orçamentos que serão juntados no presente processo. Cabe a esta nova contratação apenas a execução dos serviços já devidamente projetados e orçados.

## 9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Estima-se, de acordo com o orçamento contratado, realizado com base nas composições da tabela SINAPI, que o valor total da obra será de **R\$ 945.631,13 (novecentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e trinta e um reais e treze centavos)**, já incluso o valor do BDI.

## 10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

10.1. O art. 23, § 1º da Lei 8.666, dispõe que: "*As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala*".

10.2. O parcelamento deverá ser técnica e economicamente viável: o parcelamento do objeto da presente licitação se mostra técnica e economicamente **inviável**. Os projetos básicos e executivos já foram contratados e recebidos. Caso esses projetos sejam licitados separadamente, a não entrega de um deles ou o seu atraso, causará grandes prejuízos na execução dos demais.

10.3. O parcelamento deverá gerar o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade: os serviços pretendidos juntamente com os respectivos materiais fazem parte do mesmo segmento de mercado de empresas especializadas em reformas de sistemas de impermeabilização, ou seja, o não parcelamento não implicando em restrição de competitividade.

10.4. O parcelamento não poderá acarretar em perda de escala: o parcelamento do objeto, em razão de se tratar da execução de um serviço/obra em uma única localidade, poderia acarretar em perda de escala. Além disso os serviços são interdependentes entre si de modo que não podem ser separados sem que isso prejudique consideravelmente ou inviabilize a sua execução.

10.5. **Portanto, não será possível o parcelamento da obra na presente contratação**, pois os serviços demandados se inter-relacionam, sendo necessário a execução conjunta de todos eles pelo mesmo fornecedor. Deve-se considerar ainda que o prédio estará em uso durante a execução dos serviços, tornando-se necessário que a coordenação e gerência de todas as atividades estejam centralizadas na mesma empresa, de forma a não prejudicar a continuidade das atividades finalísticas do órgão.

10.6. Com base na justificativa acima, os Integrantes Técnicos da Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) entendem que não será possível parcelar o objeto desta contratação.

## 11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

11.1. Os serviços objeto desta contratação são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

## 12. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

12.1. A pretendida contratação coaduna-se com as diretrizes traçadas no Plano Estratégico 2010/2022 da Polícia Federal, aprovado pela Portaria n.º 1735/2010-DG/PDF, atualizado pela Portaria n.º 4453/2014-DG/PF, contribuindo para que se atinjam os seguintes pontos:

"8. MACRO OBJETIVOS

8.1. Em relação ao Governo

Ser reconhecida como modelo de gestão perante o Poder Público.

8.2. Em relação à Sociedade

Ser reconhecida como motivo de orgulho e admiração perante a nação.

8.3. Em relação ao público interno

*Ser reconhecida pelos servidores como uma das melhores instituições públicas para trabalhar.*

#### 9. OBJETIVOS INSTITUCIONAIS E AÇÕES ESTRATÉGICAS

(...)

9.7. *Objetivo Institucional: Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais*

*Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.*

9.7.1. *Ação Estratégica: Gestão de Obras e Infraestrutura*

***Ampliar suas instalações e modernizar sua infraestrutura, bem como desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de gestão de obras, aprimorando, formalizando e padronizando procedimentos, técnicas e metodologias de controle e fiscalização, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.***

12.2. É nítida a relação entre contrato pleiteado e a política estratégica da Polícia Federal de manter as unidades em perfeitas condições, visando garantir o funcionamento correto e adequado e isso envolve inclusive a manutenção em perfeito estado da identidade visual de suas edificações através da manutenção das pinturas e revestimentos.

12.3. O projeto em questão está diretamente alinhado a Ação Estratégica do órgão de Gestão de Projetos assim descrita: *“Implementar a cultura de gestão de projetos, de modo que as tarefas desempenhadas o sejam segundo as melhores práticas de elaboração, execução e gerenciamento de projetos, a fim de agregar valores e melhorias aos processos internos do órgão, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.”*

12.4. A obra também está prevista no PLANOB 2022 (Código MT-2022-07).

12.5. Portanto a contratação pretendida abrange vários aspectos da funcionalidade e estratégia do órgão, contribuindo para o atendimento da sua atividade fim.

### 13. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

13.1. Manutenção das condições físicas das instalações da Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso (SR/PF/MT), tendo em vista que a impermeabilização da laje do estacionamento e da cortina evitará danos ao patrimônio público, preservando veículos, equipamentos, instalações e a integridade física dos servidores. Já o tratamento e a impermeabilização das paredes das fachadas laterais proporcionarão um ambiente interno mais salubre para os usuários, bem como uma melhor preservação de toda edificação. A impermeabilização da cisterna evitará o comprometimento da qualidade da água, a perda de água bem como o comprometimento e enfraquecimento da estrutura do reservatório e da rampa de acesso ao estacionamento.

13.2. Cumpre ressaltar que a sede da Superintendência da Polícia Federal em Mato Grosso passou recentemente por uma reforma, que se encerrou no ano de 2020. Entretanto, os serviços descritos neste Estudo Preliminar não foram objetos daquela reforma. Em razão disso, a nova contratação visa corrigir patologias que já eram existentes, mas que não foram corrigidas por não estarem no escopo da reforma anterior.

13.3. Desse modo, os resultados pretendidos visam proporcionar condição de trabalho mais adequadas aos servidores policiais e administrativos que trabalham na sede da Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso.

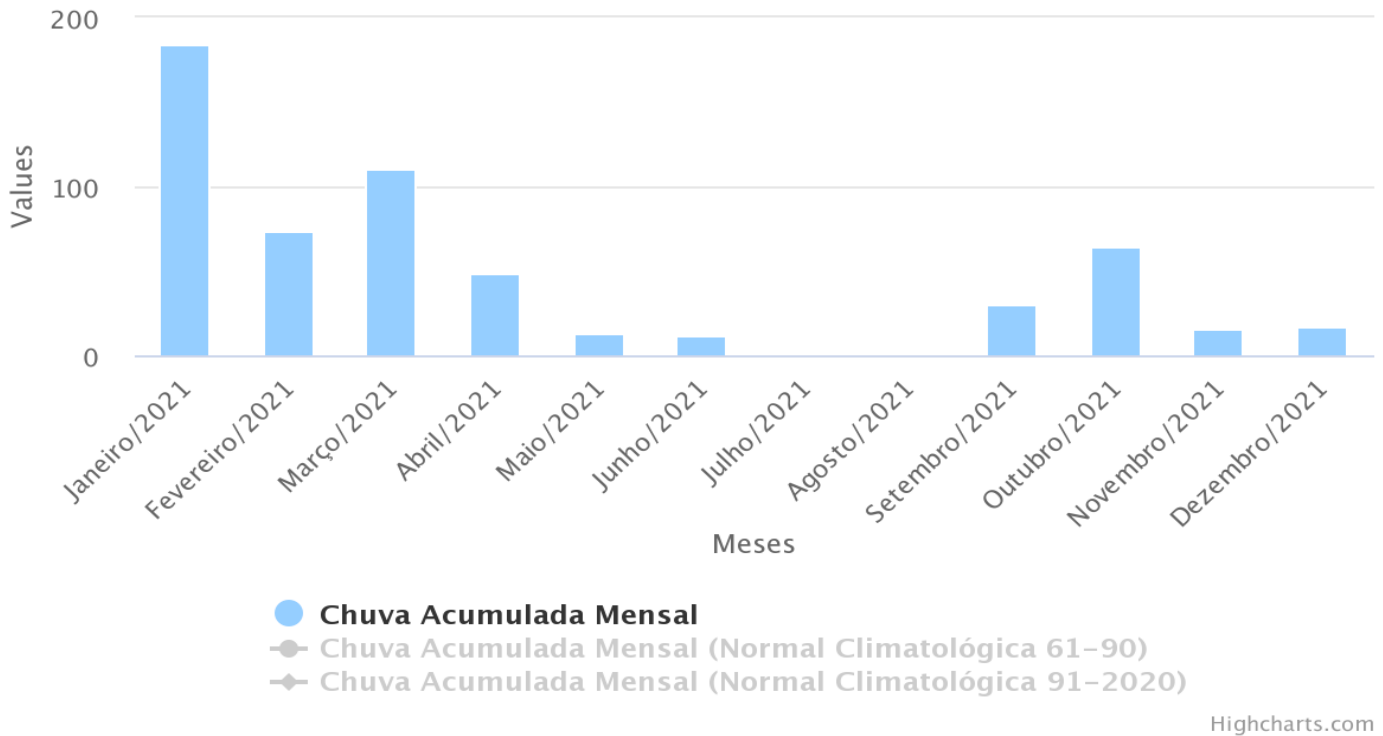
### 14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

14.1. A execução do objeto do contrato, ao longo de seu desenvolvimento, implicará na alteração da rotina desta Superintendência, em especial, em relação a diminuição considerável das vagas disponíveis no estacionamento. Dessa forma, deverá ser realizado, durante o período de execução da obra, a devida adequação das vagas destinadas as viaturas e aos veículos particulares dos servidores.

14.2. Ainda em relação a execução dos serviços, é importante destacar que estes podem ser prejudicados se executados durante o período chuvoso. Dessa forma, é recomendável que a execução, pelo menos de parte do serviço (movimentação de terra, drenagem, impermeabilizações da laje e da cortina), seja feita em período não chuvoso, conforme gráfico apresentado abaixo:

# Instituto Nacional de Meteorologia – INMET

Chuva Acumulada Mensal X Chuva (Normal Climatológica 61-90 e 91-2020) || Estação: CUIABA (A901) – 2021



14.2.1. Necessidade de capacitação de servidores para atuarem na fiscalização. Caso não haja servidores capacitados para a fiscalização da execução dos serviços na unidades da PF no estado de Mato Grosso, deverão ser recrutados servidores de outras unidades para tal fim.

14.2.2. O Mapa de riscos deverá ser anexado ao processo

## 15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

15.1. A construção civil é um dos setores que podem causar diversos **impactos ambientais**, que vão desde o consumo de recursos naturais destinados a produção de insumos para o canteiro de obras, passando por mudanças de solo, áreas de sol e vegetação, até os reflexos no aumento no gasto de energia elétrica, por exemplo.

15.2. Neste contexto, durante a execução da obra os seguintes impactos ambientais poderão ser gerados:

### 15.2.1. Geração de resíduos:

15.2.1.1. Por se tratar de uma obra de construção civil, onde serão empregados diversos tipos de materiais e com construção onde há métodos manuais (ação humana), existe a Geração de Resíduos da Construção Civil.

15.2.1.2. A norma NBR 10.004, divide os resíduos em duas classes:

- Classe I – resíduos perigosos;
- Classe II - resíduos não perigosos.

15.2.1.3. Como forma de amenizar os impactos ambientais, é primordial a elaboração e implantação de um Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - PGRCC, em que haverá a destinação correta de cada tipo de resíduo gerado na obra.

### 15.2.2. Ruídos (poluição sonora):

15.2.2.1. Impactos sonoros podem ser nitidamente percebidos durante as obras.

15.2.2.2. É importante observar o **Plano Diretor** da cidade, visando entender as limitações de cada tipo de construção e seus impactos ambientais locais.

### 15.2.3. Aumento do consumo de energia

15.2.3.1. Durante a execução da obra poderá haver um consumo alto de energia com a utilização de equipamentos necessários a execução.

15.2.3.2. A utilização de equipamentos modernos e com alta eficiência podem amenizar este problema, além de uma gestão adequada da utilização de equipamentos elétricos no canteiro de obras.

**15.2.4. Desperdício de água**

15.2.4.1. Antes mesmo das obras ficarem prontas, é comum que haja um grande uso de água para diversos serviços, como a limpeza do canteiro, que comumente tem muita poeira e sujeira, e até para o cuidado com a saúde dos trabalhadores.

**15.2.5. Mudanças em depósitos hídricos naturais**

15.2.5.1. Devido a localização da obra onde existe a ocorrência de pedra a poucos metros da superfície, a obra pode afetar os lençóis aquáticos ou até a impermeabilização do solo. É importante que o projeto preveja soluções de modo a não impermeabilizar o solo, nem causar grandes mudanças no lençol freático local.

**15.2.6. Poluição do solo**

15.2.6.1. Por se tratar de obra de engenharia onde existe o depósito temporário de materiais, pode ocorrer a poluição do solo caso os mesmos sejam armazenados de forma inadequada. É importante existir um plano de armazenamento de materiais na obra durante toda a sua execução como forma de amenizar ou anular este impacto ambiental.

15.3. À Contratada será imposto, onde se mostrar necessário, mediante cláusula de obrigações a constar no Projeto Básico:

15.3.1. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

15.3.1.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

15.3.1.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

15.3.1.3. florestas plantadas; e

15.3.1.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

15.3.2. Apresentar cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 5, de 15/03/2014, e legislação correlata;

15.3.3. Apresentar documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

15.3.4. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

15.3.4.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

15.3.4.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

15.3.4.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;

15.3.4.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

15.3.4.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

15.3.4.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

15.3.5. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

15.3.6. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

15.3.7. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

15.3.7.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

15.3.7.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

15.3.7.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

15.3.8. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

## 16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

16.1. O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa n° 05/2017 – SEGES/MPDG. Os benefícios pretendidos são adequados e os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade. Além disso, os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos

16.2. Assim, declaramos que a contratação é plenamente viável, pois atende a todos os requisitos técnicos e legais.

Assinam eletronicamente:

*(assinado eletronicamente)*

**LUIZ AUGUSTO FERREIRA DA SILVA**

Agente de Polícia Federal - Matrícula 14.746

Eng. Civil - CREA-MT n. 51141 - Integrante Requisitante da EPC

*(assinado eletronicamente)*

**LEONARDO MORAES PEREIRA**

Agente de Polícia Federal - Matrícula 22.831

Eng. Civil - Integrante Requisitante da EPC

*(assinado eletronicamente)*

**KLAUS QUEIROZ RIBEIRO**

Agente de Polícia Federal - Matrícula 22.630

Eng. Civil - Integrante Administrativo da EPC

*(assinado eletronicamente)*

**ANTÔNIO CARLOS GRAUS JÚNIOR**

Agente Administrativo- Matrícula 19.622

## Integrante Administrativo da EPC



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ AUGUSTO FERREIRA DA SILVA, Agente de Polícia Federal**, em 02/08/2022, às 20:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO MORAES PEREIRA, Agente de Polícia Federal**, em 08/08/2022, às 14:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO CARLOS GRAUS JUNIOR, Agente Administrativo(a)**, em 09/08/2022, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **KLAUS QUEIROZ RIBEIRO, Agente de Polícia Federal**, em 22/09/2022, às 08:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **23565967** e o código CRC **A4AFBD27**.